



PARECER JURÍDICO

REFERÊNCIA: Processo Administrativo n.º 052/2024

PROCESSO LICITATÓRIO: Inexigibilidade 6/2024- 0016

INTERESSADO: Prefeitura Municipal de São Miguel do Guamá.

EMENTA: INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO - LOCAÇÃO DE IMÓVEL PARA DEPÓSITO DE MATERIAIS. PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL DO GUAMÁ. LEI Nº 14.133/21. **PARECER FAVORÁVEL.** REQUISITOS ATENDIDOS. INTERESSE PÚBLICO.

RELATÓRIO

Vieram os autos da Diretoria de Licitações e Compras, por meio da Comissão Permanente de Licitação da Prefeitura de São Miguel do Guamá, que deliberou quanto ao prosseguimento dos autos, solicitando análise jurídica quanto à viabilidade de locação do imóvel localizado na Rua Magalhães Barata n.º 81, bairro Padre Alberto - São Miguel do Guamá - PA, sendo apresentada como locadora a Srª Antonia Alcilene Paz da Silva, inscrita no CPF n.º 694.463.002-82, destinado ao depósito, que servirá para a operacionalização e armazenamento dos materiais da Prefeitura Municipal de São Miguel do Guamá.

Constata-se que há nos autos a justificativa técnica da locação – emitida pela Secretaria Municipal de Administração, bem como o laudo de vistoria do imóvel informando que este se encontra apto para o funcionamento, além de outros que atestam o interesse público. Os autos foram devidamente autuados, estando numerados em fls. 01 a 64.

É o breve relatório.



PRELIMINARMENTE

Inicialmente, cumpre esclarecer que a presente manifestação limitar-se-á a dúvida estritamente jurídica ora proposta e, aos aspectos jurídicos da matéria, abstendo-se quanto aos aspectos técnicos, administrativos, econômico-financeiros e quanto à outras questões não ventiladas ou que exijam o exercício de conveniência e discricionariedade da Administração.

A emissão deste parecer não significa endosso ao mérito administrativo, tendo em vista que é relativo à área jurídica, não adentrando à competência técnica da Administração, em atendimento à recomendação da Consultoria-Geral da União, por meio das Boas Práticas Consultivas – BCP nº 07, qual seja:

“O Órgão Consultivo não deve emitir manifestações conclusivas sobre temas não jurídicos, tais como os técnicos, administrativos ou de conveniência ou oportunidade, sem prejuízo da possibilidade de emitir opinião ou fazer recomendações sobre tais questões, apontando tratar-se de juízo discricionário, se aplicável. Ademais, caso adentre em questão jurídica que possa ter reflexo significativo em aspecto técnico deve apontar e esclarecer qual a situação jurídica existente que autoriza sua manifestação naquele ponto”.

Portanto, passa-se à análise dos aspectos relacionados às orientações jurídicas ora perquiridas.

DA FUNDAMENTAÇÃO JURÍDICA

A Constituição Federal de 1988, em capítulo reservado aos Princípios Gerais da Atividade Econômica, notadamente em seu art. 175, condicionou a prestação de serviços públicos à realização de prévio procedimento licitatório.

De outro lado, a própria Carta Magna, em capítulo destinado à Administração Pública, ressalva casos em que a legislação infraconstitucional confere ao Poder Público a faculdade de contratar sem a necessidade de tal procedimento, conforme se depreende do inciso XXI do art. 37, abaixo transcrito:



“Art. 37. Omissis [...] XXI - Ressalvados os casos especificados na legislação, as obras, serviços, compras e alienações serão contratados mediante processo de licitação pública que assegure igualdade de condições a todos os concorrentes, com cláusulas que estabeleçam obrigações de pagamento, mantidas as condições efetivas da proposta, nos termos da lei, o qual somente permitirá as exigências de qualificação técnica e econômica indispensáveis à garantia do cumprimento das obrigações” (grifo nosso)

De tal missão se encarregou a Lei nº 14.133/2021, mais conhecida como a Nova Lei Geral de Licitações e Contratos Administrativos – NLLCA, que regulamenta as Licitações e Contratações Públicas.

A referida Lei nº 14.133/2021, excepcionou, em seu art. 75, inciso V, a regra para a presente Licitação por procedimento de inexigibilidade, ora em razão de situações de flagrante excepcionalidade, onde a licitação, em tese, seria possível, entretanto, pela particularidade do caso, o interesse público a julgaria inconveniente, como é o caso da presente inexigibilidade, tendo em vista a particularidades dos serviços almejado pela secretaria em questão, vejamos:

“ Art. 74. É **inexigível a licitação** quando inviável a competição, em especial nos casos de: I - Aquisição de materiais, de equipamentos ou de gêneros ou contratação de serviços que só possam ser fornecidos por produtor, empresa ou representante comercial exclusivos; II - contratação de profissional do setor artístico, diretamente ou por meio de empresário exclusivo, desde que consagrado pela crítica especializada ou pela opinião pública; III - contratação dos seguintes serviços técnicos especializados de natureza predominantemente intelectual com profissionais ou empresas de notória especialização, vedada a inexigibilidade para serviços de publicidade e divulgação; IV - objetos que devam ou possam ser contratados por meio de credenciamento; **V - aquisição ou locação de imóvel cujas características de instalações e de localização tornem necessária sua escolha**”(grifo nosso)

O inciso V do supracitado art. 74 prevê a inexigibilidade para a contratação cujas características sejam “aquisição ou locação de imóvel cujas características de instalações e de localização tornem necessária sua escolha”, que é o caso em tela, visto que somente o presente imóvel dispõe das características almejadas para suprir o interesse público, de acordo com as características e fundamentações técnicas apensadas aos autos.



Com efeito, percebe-se que o objeto da presente contratação não se trata de um serviço geral, onde qualquer imóvel satisfaria as necessidades da Prefeitura Municipal de São Miguel do Guamá/PA.

Trata-se, sim, de demanda especializada, cuja o caminho da futura celebração do contrato está devidamente justificado, dado a particularidade do interesse público nesse caso específico.

É o parecer, salvo melhor juízo.

São Miguel do Guamá, 25 de março de 2024.

RADMILA CASTELLO

Advogada

OAB/PA n.º 20.908

